

O PAPEL DAS TICS NA FORMAÇÃO CONTINUADA DOS AGENTES DE SEGURANÇA SOCIOEDUCATIVOS: DESAFIOS E OPORTUNIDADES NO DEGASE

Sandra Regina Gomes – ProPEd/UERJ

sandraregina.nascimento@gmail.com

Mayara Cristina da Silva Faustino Catalão – PPGE/UFRJ

mayaracristinafaustino@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

A formação continuada dos agentes de segurança é essencial para a efetividade das políticas públicas no campo da socioeducação. No estado do Rio de Janeiro, o Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE) tem promovido ações de qualificação através da Escola de Gestão Socioeducativa Paulo Freire (ESGSE). Contudo, compreender a efetividade dessas ações exige uma análise mais ampla que contemple os desafios estruturais, culturais e institucionais que envolvem essa formação. Entre os aspectos relevantes estão a infraestrutura tecnológica disponível, a adequação das metodologias empregadas e o nível de engajamento dos agentes nas atividades formativas.

Com a ampliação do uso das tecnologias da informação e comunicação (TICs), novas possibilidades emergem no campo educacional. Esses dispositivos oferecem flexibilidade, escalabilidade e oportunidades de inovação, entretanto, podem também acentuar desigualdades e barreiras preexistentes. Posto isto, este trabalho, de natureza qualitativa, propõe uma discussão conceitual cujo objetivo é analisar como as TICs têm sido incorporadas na gestão da formação continuada no DEGASE, explorando não apenas as políticas públicas que a orientam, mas também os possíveis limitadores relacionados à infraestrutura, condições de trabalho e à adoção de práticas inovadoras.

DESENVOLVIMENTO

A formação continuada desempenha um papel estratégico no processo de qualificação dos agentes de segurança socioeducativos, preparando-os para lidar com as complexidades de um sistema que demanda tanto o controle quanto o desenvolvimento de práticas educativas efetivas. No entanto, o contexto em que essas formações ocorrem é marcado por contradições que vão além das dificuldades técnicas, abrangendo aspectos políticos e ideológicos que condicionam as ações do DEGASE.

As TICs, frequentemente apresentadas como solução para os desafios da formação continuada, possuem um papel ambíguo. Se, por um lado, permitem maior flexibilidade e alcance, por outro escancaram as fragilidades de uma infraestrutura desigual e de políticas públicas insuficientemente planejadas. Estudos indicam que, sem investimentos robustos em conectividade, formação apropriada e suporte técnico, as TICs podem aprofundar as lacunas de acesso ao conhecimento e perpetuar desigualdades institucionais.

Segundo a UNESCO (2020), a ausência de investimentos em infraestrutura tecnológica e capacitação docente não apenas limita a adoção das TICs, mas também contribui para a ampliação de desigualdades, à medida que o acesso ao conhecimento passa a ser condicionado pela disponibilidade de recursos adequados. Assim, sem um planejamento estratégico e políticas públicas que assegurem suporte técnico e pedagógico contínuo, as TICs podem reforçar barreiras já existentes em vez de atuar como instrumentos de inclusão e desenvolvimento.

A ESGSE tem sido uma importante promotora de ações voltadas à formação dos agentes, adotando estratégias como cursos *online*, *webinários* e plataformas colaborativas. Não obstante, é necessário analisar até que ponto essas estratégias têm efetivamente contribuído para superar os desafios de infraestrutura, condições de trabalho e resistências culturais, elementos que frequentemente condicionam a implementação das políticas públicas de formação continuada.

Por esse ângulo, assume-se que a implementação dessas ações demanda mais do que dispositivos tecnológicos: requer mudanças estruturais que englobem a valorização do servidor, condições de trabalho digna e a superação de uma visão fragmentada sobre a sua formação e suas atribuições, uma vez que, ao serem questionados, os agentes afirmam que o enfoque das atividades cotidianas desempenhadas é predominantemente ou até mesmo exclusivamente securitários, culminando em uma categorização secundária

dentro de um mesmo grupo, dividindo-os entre agentes “linha dura” e “agentes pão doce”, uns valendo-se da segurança como elemento predominante de sua atuação e outros que orientam suas práticas por princípios de cunho socioeducativos, prioritariamente. (JUNIOR, 2023).

Além disso, é imperativo que as políticas públicas avancem para um modelo que não apenas considere as TICs como dispositivos, mas como catalisadoras de uma mudança sistêmica. Isso implica não apenas adaptar as políticas ao uso das TICs, mas também reconhecer e enfrentar os desafios relacionados à precarização do trabalho, à falta de engajamento dos servidores e às tensões entre o binômio segurança-educação que atravessa o sistema socioeducativo. O simples fornecimento de tecnologia não garante equidade na aprendizagem; é necessário um compromisso institucional para integrar essas ferramentas de maneira significativa no processo educacional, proporcionando suporte contínuo aos profissionais e garantindo que a formação ocorra de forma eficaz e acessível.

Outro ponto fundamental é o reconhecimento de que as TICs, isoladamente, não transformam práticas formativas. Conforme destacado no "Guia Prático para a Implementação de Pesquisas sobre o Uso de TIC na Educação" (UNESCO, 2020), sua eficácia depende de um ecossistema que envolva condições de trabalho dignas, incentivos à formação continuada e uma abordagem crítica sobre o papel dos agentes no sistema socioeducativo. A percepção dos agentes sobre suas funções, muitas vezes reduzida à dimensão securitária, precisa ser ressignificada para que as tecnologias sejam vistas como aliadas na construção de um ambiente socioeducativo mais reflexivo e inclusivo.

Em resumo, a adoção das TICs na formação continuada deve ser acompanhada de um planejamento pedagógico que priorize a mediação didática e o suporte contínuo. De acordo com Fantini e Lôbo (2024), a simples disponibilização de tecnologias não assegura sua eficácia no processo formativo. É necessário que as estratégias de ensino mediadas pelas TICs sejam pautadas por metodologias ativas que incentivem a reflexão e a participação crítica dos agentes. Dessa forma, o uso das TICs no DEGASE deve ser repensado não apenas como uma solução técnica, mas como um elemento transformador da cultura institucional, promovendo um ambiente de aprendizado mais colaborativo e significativo.

CONCLUSÃO

A adoção das TICs na formação continuada dos agentes de segurança socioeducativos representa uma estratégia promissora para ampliar o alcance e a flexibilidade das ações formativas. No entanto, é necessário reconhecer e analisar os desafios inerentes a essa integração, como a adequação da infraestrutura tecnológica, a preparação dos profissionais envolvidos e a superação de possíveis resistências às mudanças no processo socioeducativo.

Para que as TICs sejam efetivamente integradas à formação continuada dos agentes de segurança socioeducativos, é essencial que seu uso seja acompanhado por políticas de suporte pedagógico e técnico contínuo. Assim, a formação dos agentes não deve se limitar ao acesso aos dispositivos digitais, mas sim à construção de uma cultura de uso crítico das TICs, promovendo a autonomia profissional e ampliando as possibilidades de aprendizagem dentro do sistema socioeducativo.

Além disso, o compromisso da ESGSE com a formação continuada, embora notável, precisa ser expandido e ressignificado. É essencial adotar uma abordagem mais crítica e reflexiva, que vá além da oferta de cursos e atividades pontuais, priorizando o envolvimento ativo dos servidores e a construção de uma cultura de aprendizagem efetiva e inclusiva.

Por fim, a incorporação das tecnologias da informação e comunicação na formação continuada dos agentes de segurança socioeducativos deve ser entendida como parte de uma política educacional integrada, que ultrapasse a mera disponibilização de recursos digitais. É fundamental que essas tecnologias sejam utilizadas de forma estratégica, alinhadas a práticas pedagógicas inovadoras e a uma gestão que priorize o desenvolvimento profissional contínuo. A construção de um ambiente institucional que favoreça a troca de conhecimentos, o engajamento crítico e a valorização dos servidores é essencial para que a formação continuada contribua de maneira significativa para o fortalecimento da socioeducação no Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS

FANTINI, F. M. M.; LÔBO, D. C. O uso das TICs na formação de professores. **Educação**, v. 28, n. 135, 14 jun. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.5281/zenodo.12189545>. Acesso em: 1 fev. 2025.

SILVA JUNIOR, M. A. C. “Para nós o Degase é um meio de vida e não de morte”: a reivindicação por direitos mediante a vitimização dos agentes de segurança socioeducativa. **Antropolítica - Revista Contemporânea de Antropologia**, n. XX, 1 dez. 2023. Disponível em: <URL do artigo, se houver>. Acesso em: 1 fev. 2025.

UNESCO. **Guia prático para a implementação de pesquisas sobre o uso de TIC na educação**. Paris: UNESCO, 2020. Disponível em: https://uis.unesco.org/sites/default/files/documents/practical_-_pt_-_web.pdf. Acesso em: 1 fev. 2025.